



e-ISSN 2675-2816

NA POLÊMICA DA “LINGUAGEM NEUTRA”, A DEFESA DA GRAMÁTICA NORMATIVA

IN THE CONTROVERSY OF “GENDER-NEUTRAL LANGUAGE”, THE DEFENSE
OF NORMATIVE GRAMMAR

Rafael Gonçalves

Graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão, Delmiro
Gouveia (AL).

rafaelletras33@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma discussão sobre os posicionamentos de especialistas, linguísticas, acerca da linguagem neutra, analisando à luz da linguística, fazendo contraste entre a teoria que age em defesa da gramática [normativa] e a teoria da língua como rizoma, sendo esta última uma crítica à concepção de língua pelo viés estado-nação. A metodologia utilizada é bibliográfica e de confronto, na qual são mobilizados estudos de Moita Lopes (2013,2013), de Bagno (2019), de Bechara (2011) e outros. Sendo assim, na polêmica da linguagem neutra, a defesa da gramática não se trata apenas da exposição da estrutura do sistema linguístico do português, mas a reverberação da ideologia dominante e de desigualdades e preconceitos.

Palavras-chave: Linguagem Neutra. Pronome Neutro. Linguística Aplicada. Gramática Normativa. Linguística.

Abstract:

This article aims to develop a discussion on the positions of some linguistic experts regarding gender-neutral language, analyzing it in the light of linguistics, contrasting the theory that defends [normative] grammar and the theory of language as a rhizome, the latter being a critique of the conception of language from the nation-state perspective. The methodology used is bibliographic and confrontational, in which Moita Lopes (2013, 2013), Bagno (2019), Bechara (2011) and others are mobilized. Therefore, in the controversy over gender-neutral language, the defense of grammar is not only about exposing the structure of the Portuguese linguistic system, but also about the reverberation of the dominant ideology and of inequalities and prejudices.

Keywords: Gender-Neutral Language. Gender-Neutral Pronoun. Applied Linguistics. Normative Grammar. Linguistics.

Introdução

A denominada polêmica do “gênero neutro” está em protagonismo mais uma vez, motivando e dividindo opiniões entre pais, mães, estudantes, docentes e até mesmo especialistas em Linguística, o que permite aqui a sua problematização. Inicialmente, devemos entender que, para quem defende, quando falamos em “gênero neutro”, estamos falando de linguagem inclusiva, falando de uma linguagem usada com a perspectiva de evitar preconceitos, discriminações, apagamentos e ofensas a sujeitos que não se reconhecem no binarismo linguístico de gênero. Ou seja, entendem que há a necessidade desses sujeitos identificarem-se na língua, constituindo-se no discurso, através de rearranjos gramaticais morfológicos, por exemplo. Aí, surge o que podemos denominar de linguagem neutra, uma nova linguagem que permite a esse grupo social marcar-se linguisticamente.

Estamos, então, diante de um cenário discursivo complexo (Moita Lopes, 2013), com os discursos emergentes (Moita Lopes, 2013), no qual há a demanda de igualdade por mulheres e homens trans não binários, para quem, além das marcações gramaticais de gênero masculino e feminino, faz-se necessária a marcação de gênero neutro, que vem sendo marcado pelos usos de “-x”, “-@” e “-e”, como em “tod-x-s”, “tod-@-s” ou “tod-e-s”, visando não particularizar, não binarizar, o gênero. Suas aparições têm sido mais frequentes em redes sociais, na parte escrita, e agora também em alguns textos publicitários, acadêmicos ou literários. Logo, esta proposta, que visa ir além da marcação morfológica binária de gênero por “-a” ou “-o” é conhecida como uso de “gênero neutro”, que é o uso de um morfema gramatical como “-x”, “-@” e “-e” em uma unidade lexical para se referir a todes, sem, como mencionei antes, particularizar gênero.

No entanto, essa marcação gramatical de gênero neutro vem causando muita polêmica, principalmente localizada entre os internautas nas redes sociais, o que já acontecia muito antes, por exemplo, no *Twitter*, dos sujeitos civis comuns, até mesmo de parlamentares, enfim, da sociedade, principalmente após a publicação de um comunicado feito pelo tradicional colégio Liceu Franco-Brasileiro, de Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, que manifestou a adesão à “linguagem neutra” em seu discurso institucional, sendo (de)liberado o seu uso em seu espaço.

O comunicado proferido por essa instituição de ensino deu liberdade para a comunidade escolar utilizar formas de tratamento não binárias, atendendo a essa demanda linguístico-identitária, assim adotando a linguagem neutra, possibilitando a alunas, alunes e alunos e docentes a oportunidade de escolher a forma de tratamento que julgarem mais adequada, conforme a circunstância. O uso da neutralização de gênero que gerou a discussão foi a seguinte marcação: “querides alunes”. No entanto, como o próprio boletim informativo diz, a colocação é referente aqueles sujeitos, docentes e alunx-e/-@-s, que não se identificam com o sistema binário, ratificando “o respeito à diversidade e à inclusão”.

Assim, a partir da posição do Liceu Franco-Brasileiro, ganhou destaque na mídia e em outros espaços discursivos a polêmica sobre gênero e linguagem neutra, pois, embora seja uma forma de se referenciar ao outro numa perspectiva inclusiva, há quem alegue que essas enunciações irão alterar “a língua portuguesa, o velho e bom português”, posicionamento cujos argumentos estão fundados na gramática normativa. Logo, debater sobre esse aspecto é crucial, já que os

diferentes e divergentes posicionamentos refletem noções de língua e suas ideologias.

Sendo assim, a proposta da discussão é identificar as concepções de língua presentes nos discursos de especialistas que estão discutindo o tema referido, a polêmica da linguagem neutra, através de manchetes, de textos e vídeos, trazendo autores como Bechara (2011) e Jamilk (2020), que, na perspectiva da defesa da gramática normativa, veem a língua através da ótica da gramática normativa, como um código, aplicada ao estado-Nação, sem a participação de falantes, de forma homogênea, e, noutra perspectiva, Moita Lopes (2013), através da Linguística Aplicada, estudioso que desenvolve os seus estudos linguísticos por uma linguagem inclusiva, e aqui, através da Linguística Aplicada Indisciplinar, teoriza a língua como rizoma, e especialistas conectando as suas posições a esses conceitos linguísticos.

Linguagem neutra, gênero neutro e a defesa da gramática [normativa]

O sistema de gênero limita-se ao masculino e ao feminino, na língua portuguesa, é binário, e, por isso, aquelas pessoas que não se identificam com esse sistema fica(va)m à margem, visto que, embora o morfema gramatical “-o” (supostamente) marque o denominado genérico, nem todas as pessoas se identificam com esta marcação. Dois deputados estaduais do Rio de Janeiro, por exemplo, questionaram a decisão da escola, antes mencionada, e, com urgência, protocolaram na Alerj o Projeto de lei 3.325/2020, que visa inibir a ação do colégio, em comunhão com pais e mães daquele estabelecimento, contra a neutralização de gênero.

Mas a polêmica não é nova, pois esses pais e mães não foram as primeiras pessoas a se posicionar. Assim, há outros pontos de vistas acerca da linguagem e o gênero neutro, de pesquisadores e pesquisadoras da área de linguagem. Na entrevista intitulada “O que você acha dessa história de falar amigos bonites?”, por Reinaldo Polito, disponibilizada no site da UOL (com acesso em <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2020/11/24/o-que-voce-acha-dessa-historia-de-falar-amigos-bonites.htm>), dialogam sobre o assunto o professor Sérgio Nogueira e a doutora Edna Maria Barian Perroti. Nogueira aborda o assunto através da linguística histórica, recordando a história da língua, quando explica que no Latim, de onde viria a língua portuguesa, havia três gêneros, quais sejam, o masculino, o feminino e o neutro, mas que o neutro acabou sendo absorvido pelo masculino. Logo, o professor Nogueira (2020) diz duvidar que a marcação da linguagem e gênero neutro funcione, por ser, em sua compreensão, uma **imposição**. Defende, então, a **naturalidade da língua**.

A professora Perroti (2020) posiciona-se em relação ao tema debatido afirmando que as línguas são vivas e totalmente passíveis de **mudanças**, em um **processo natural, quase inconsciente e coletivo**, sem que haja nenhuma **imposição**. Tratando como mudança a indicação do gênero neutro na língua portuguesa, diz que, em nome da inclusão, está havendo um movimento para mudar a indicação de gênero, no qual as palavras femininas terminadas em “-a” e palavras masculinas terminadas em “-o” passariam a ter a terminação em “-e”, ou “-x” e ou “-@”, como em “todxs”, “tod@s” e “todes”.

Mas, a professora aponta problemas, fundamentando-se no emprego do artigo. Então discorre sobre como a língua portuguesa faz uso do artigo e sua participação para determinar o gênero gramatical da palavra. Reforça que “gênero gramatical é diferente de gênero sexual (...) pois se quem advoga a mudança está pensando numa identidade de gênero inclusiva é porque confunde gênero sexual com gênero gramatical”, reforçando que gênero sexual e gênero gramatical seriam coisas diferentes. Encerra dizendo que **a gramática deve ser poupada**, pois “as marcas de feminino e plural, assim como as desinências verbais, são elementos gramaticais que fazem parte de uma **lista fechada, que não admite mudanças**” (Perroti, 2020). Já para o redator, em sua conclusão, diz que o gênero neutro é um modismo e que as **regras da gramática são criadas a partir do bom uso da língua falada**.

Em outra reportagem, “Linguistas discutem a neutralização do gênero Gramatical”, por Giuliana Toledo, publicada no site da revista Época, da Editora Globo, em novembro de 2020 (com acesso em <https://encurtador.com.br/biMgY>), Aldo Bizzocchi, doutor em linguística, sobre a necessidade de mudanças na língua portuguesa, comenta se existe machismo em nossa língua. Para ele, essa ideia é um mito, pois, conforme argumenta,

O masculino é nosso gênero neutro. [...] Além disso, existe uma confusão entre três coisas: sexo biológico, gênero biopsicossocial e gênero gramatical. Não há nenhuma relação obrigatória com a realidade extralinguística, ou seja, com o mundo real (Bizzocchi, 2020).

Nesse posicionamento, o linguista acredita que o uso que menos causaria trauma ao sistema, em relação ao gênero neutro, é a letra “e”, porque o “x” e o “@” são impronunciáveis em nossa língua. Tal como se pronuncia, “O ‘e’ seria então o **menos danoso**, mas, na prática, seria uma mudança inócua. Ninguém conseguiria falar desse jeito, é tão antinatural” (Bizzocchi, 2020).

Embora a professora Perroti (2020) afirme que “as línguas são vivas e totalmente passíveis de mudanças, num processo natural, quase inconsciente e coletivo”, ela menciona que deva ocorrer “sem que haja nenhuma imposição”. Então, o emprego dos morfemas de gênero que designam a neutralidade da palavra, que promove uma linguagem inclusiva, é mais visto por ela como uma ação impositiva do que visto como um fenômeno linguístico.

Mas, como foi mencionado, entendemos que seguem uma noção de língua que está em Bechara (2011) e Jamilk (2020), por exemplo, a de que a gramática da língua portuguesa não permite mudanças, pois as regras da gramática são criadas a partir do bom uso da língua falada. Logo, evidentemente, dizem que se trata de uma imposição, e por isso a gramática deve ser poupada, pois não admite mudanças. O uso da linguagem neutra, nessa perspectiva, (cor)romperia a naturalidade da língua, afetando a sua pureza.

Jamilk (2020), em um vídeo disponibilizado na plataforma do *Youtube*, intitulado “Pronome Neutro - TODES, TODXS, TOD@S”, manifesta a sua posição em relação ao assunto, se embasando na concepção de língua vista sob a ótica da gramática normativa. Inicialmente, Jamilk (2020) já deixa em evidência que explicará, para ele, a pretensa linguagem neutra, a partir de ponto de vista “técnico”, “gramatical”. Ele explica que há diferença de pronome e linguagem neutra, e para tanto recorre às normas gramaticais no que tange aos pronomes

demonstrativos (isso, isto e aquilo), justificando, portanto, que na língua portuguesa já existe o pronome neutro e, sobre a linguagem neutra, assume que não é preciso “criar uma linguagem neutra, porque ela já existe no português”, em decorrência dos pronomes demonstrativos, e que a marcação do morfema de gênero neutro (“-e”, “-x”, “-@”) chega a ser “um absurdo”. Assim, reafirma que “colocar o “-@” é tão absurdo quanto colocar o “-e” ou o “-x”, pensando em neutralidade.

Logo, Jamilk (2020) apresenta uma noção de gênero no sistema-linguístico do português. Para ele, dentro deste processo sistêmico-linguístico, seguindo o perfil da gramática normativa, o sistema de gêneros nosso é binário, havendo a marcação gramatical do signo de gênero masculino “-o”, para o gênero masculino, e a marcação gramatical do signo de gênero “-a”, para o feminino. Complementa dizendo: “masculino e feminino são conceitos relacionados ao gênero da palavra e não ao gênero da pessoa. A nossa língua portuguesa possui marcas genéricas para as palavras” Jamilk (2020).

Prosseguindo, aborda a história da língua portuguesa e então discorda de quem teoriza que “o português brasileiro é machista. O português é um sistema patriarcal”, taxando esses sujeitos de *sem informação*. Então, evidencia que há “apelo por uma linguagem que fosse equânime”. Desse modo, em sua concepção, “a forma padrão é um espelho do ideal de língua” (JAMILK, 2020) Sendo assim, ele age em defesa da gramática, a partir de seu posicionamento, principalmente ao dizer:

Quando nós pensamos em regras para a estruturação da língua portuguesa nós temos que pensar em regras que são recorrentes e aplicáveis, porque a nossa língua funciona por um mecanismo chamado de heurísticas, um modelo mental a partir do qual você consegue replicar e transformar novas sentenças (JAMILK, 2020).

32

A revista Veja publicou uma entrevista com Evanildo Bechara, possivelmente o maior nome da gramática normativa no Brasil, no ano de 2011, concedida a Roberta de Abreu Lima, que teve como título “Em defesa da gramática” e como subtítulo “Um dos mais respeitados especialistas da língua portuguesa condena os colegas que se insurgem contra a norma culta – e diz que disseminá-la é crucial para o país avançar”, como podemos ler na figura que segue.

Figura 01: Recorte da primeira página da entrevista de Bechara na revista Veja.



Fonte: Veja (2011).

Nessa entrevista, a polêmica é outra: trata-se da defesa da gramática, na qual condena colegas especialistas nos estudos em linguagem que se opõem ao que na entrevista denomina-se de “norma culta”, o que, na verdade, corresponde claramente à “norma-padrão” da língua. Assim, seguindo o sistema de perguntas e respostas, Bechara (2011) posiciona-se em relação às incógnitas apresentadas, com base em seu conhecimento e propondo intervenções. Como o texto revela-nos, trata-se de uma defesa da gramática, deixando em clarividência o tipo de gramática, a gramática normativa.

Inicialmente, a jornalista/revista Veja destaca na primeira coluna, após a breve apresentação do referido gramático, no mesmo parágrafo, a menção de Bechara (2011), que diz que “os seus colegas subvertem a lógica em nome de uma doutrina¹ que só serve para tirar a chance de crianças e jovens ascenderem socialmente²” (Bechara, 2011, p. 21). Nesse modo de ver a língua, o (re)arranjo morfológico do paradigma de gênero, por exemplo, seria uma subversão, pois rompe(ria) com a padronização.

Quando questionado sobre a distribuição de vários exemplares do livro “Por uma vida melhor”, taxado à época de ensinar um português errado, o gramático se posiciona dizendo que “estão confundindo um problema de ordem pedagógica, que diz respeito às escolas, com uma velha discussão teórica da sociolinguística”. Então, faz o reconhecimento do que denomina de “linguajar do povo”, mas privilegia a referida “língua³ culta”, quando diz que esta é dotada de qualidade e valores incomensuráveis. Além, ressalta ser a “língua culta” a única capaz de

¹ Não se trata de lógica, mas de funcionalidade. Esses linguistas, tal como Marcos Bagno, estudam o que a língua está sendo, ou os dizeres reais.

² Mas, para Bagno (2019, 16), “A norma culta que se lasque, que se dane, que se esboroe! A norma culta que vá tomar banho na soda! Saber falar “o bom português” nunca permitiu a ascensão social de ninguém, ao contrário do que prega a propaganda enganosa da pequena, pequeníssima burguesia”

³ Seria a “norma-padrão”

representar e comunicar os pensamentos que circundam o mundo da arte, da música e da literatura. Postula, portanto, que a linguagem popular, referida por seus colegas, é desprovida de vocabulário e de estrutura gramatical, necessárias, segundo ele, para permitirem estruturar ideias de maior complexidade.

Logo, Bechara (2011, p.3), quando questionado sobre a real importância da “norma culta” para a língua, defende-a como um componente indispensável para ascender socialmente, e que qualquer um com faculdade sã saberia que para almejar oportunidade melhores deveria dominá-la, e também porque “Quanto mais a norma culta é praticada, mais o idioma e a gramática evoluem”

Observando, portanto, esses posicionamentos, conjectura-se qual a noção de língua que os especialistas partilham: a da gramática normativa, como um código, homogênea, aplicada ao estado-Nação, sem qualquer possibilidade de variação e mudança. Nesse caso, uma língua de ninguém. Sendo assim, a concepção de língua predominante é a que corresponde à modernista, isto é, aquela que está para um ideal de língua, como imaculada, impoluta, neutra, autônoma, transparente, representacional e invariável.

Todavia, para os estudos de Linguística Aplicada na contemporaneidade, os estudos linguistas modernistas não conseguem abarcar a gama de informações e fenômenos presentes em um “cenário linguístico-discursivo complexo” (Moita Lopes, 2013, p.4), que exige refletir as teorias até então postas e especular outras para o sistema linguístico do português, das línguas em geral, pois vivemos em “tempos de globalização cultural, caracterizados por sociedades porosas” [...] em que tanto as línguas como as pessoas e os textos estão em movimento” (Moita Lopes, 2013, p. 6)

Nesse sentido, Bagno (2019, p.10) diz que “assumir uma *theoria* sobre a língua implica também produzir um *discurso* sobre ela, produção de discurso que, inevitavelmente, depende das crenças prévias ou, para usar o termo já clássico, da *ideologia* do teorizador” (itálico do autor). Logo, dessas compreensões outras, diferentes da perspectiva que olha a língua por dentro da gramática normativa, Moita Lopes (2013), para abordar a questão de discursos emergentes – aqui podendo ser entendido o uso de marcadores de gênero neutro – com base nos estudos de Deleuze e Guattari, teoriza a língua como rizoma. Isto é, associa, como metáfora, uma língua à cebola, porque entende uma língua como uma rede de fluxos, repleta de camadas, e não somente considera a sua estrutura interna, as raízes, porque, se assim for, as pessoas e suas práticas sociais são apagadas e desconsideradas. Logo, para esse linguista aplicado,

A metáfora do rizoma parece ser muito mais adequada para pensar as línguas, não como sistemas autônomos fechados que apagam as pessoas e os usos que elas fazem das línguas, mas como trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam (Moita Lopes, 2013, p.6).

Considerações

Considerando o que foi abordado, é muito importante discutir as metodologias linguísticas e a forma como linguistas olham para o objeto “língua”, pois reflete em seus posicionamentos. Aqui, portanto, interessa mais de perto

refletir sobre o fenômeno linguístico do (re)arranjo morfológico em paradigma de gênero, no sentido de que não é danoso ao sistema linguístico, ou antinatural, mas uma questão linguístico-social, emergente, de caráter identitário. Aponta para as pessoas, os textos e a sociedade em movimento.

Logo, as guerras teóricas são guerras ideológicas, conforme Bagno (2019), porque, conforme Moita Lopes (2013), as línguas são invenções disciplinares e políticas, que partem de construtos sociais derivados de ideologias particulares. Então, teorizar a língua, o que chamamos de português, a partir da perspectiva da Linguística Aplicada indisciplinar, é teorizar a língua como ela está sendo, funcionando, sem apagar o sujeito, suas ideologias e as suas práticas sociais. Assim, passamos a entender que o posicionamento sob a ótica modernista da língua está para inibir as mutações comunicativas, a superdiversidade, o bilinguajar e o transidiomático (Moita Lopes, 2013).

Sendo assim, a recorrência de sentidos dados à língua sob a gramática normativa e mesmo sob a linguística estruturalista se dá porque na nossa área de atuação os profissionais, como os mencionados nas reportagens, vídeo e entrevista, não agem de forma indisciplinar, desconsiderando referências teóricas que poderiam fazer repensar a respeito desses fenômenos ocorridos na língua, em diálogos com aspectos da sexualidade, da identidade, de gênero etc. Assim, observar a língua a partir da gramática normativa, como posicionaram-se Jamilk, Bechara e Bizzocchi, reafirma a perspectiva da língua como um sistema autônomo, estático, e esta noção modernista de língua pura e prescritiva colabora na construção de um estado-nação, de caráter homogeneizador.

Portanto, através do que chamam de defesa da gramática, estão reverberando a concepção de língua como um sistema autônomo, considerando a sua estrutura interna, transmitindo a sua ideologia através de seus posicionamentos, desconsiderando falantes e o meio social. Em outras palavras, os defensores da gramática normativa são purificadores da língua, e esta pureza de língua torna-se veículo de cristalização das desigualdades sociais de classe social, de gênero, raciais, conforme Moita Lopes (2013).

Referências

JAMILK, Pablo. **Pronome Neutro – TODES, TODXS, TOD@S**. (33m34s). 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yA8bZ380_XQ. Acesso em: 11 janeiro 2021.

BAGNO, Marcos. Primeiras palavras. In. BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 9-11.

BAGNO, Marcos. A norma culta que se lasque!. In. BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 13-16.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 101-119.

BECHARA, Evanildo. Em defesa da gramática. In. **Revista Veja**, São Paulo, p. 21-25. 01 jun. 2011.

Delmiro Gouveia (AL), 05 de janeiro de 2021.